

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2025</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	98.699
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>98.699</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
1	Ativo Total	70.923.904	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.626.425	0
1.01.01	Caixa	166.427	0
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.459.998	0
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.459.998	0
1.02	Ativos Financeiros	63.774.584	0
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	1.254.624	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	1.524.576	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.225.515	0
1.02.02.02	Derivativos	299.061	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	42.299.141	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	42.299.141	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.696.243	0
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	838.059	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	268.070	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	18.237.237	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-786.158	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	139.035	0
1.03	Tributos	3.784.485	0
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	255.862	0
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	3.528.623	0
1.04	Outros Ativos	1.204.216	0
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.204.150	0
1.04.03	Outros	66	0
1.05	Investimentos	359	0
1.05.04	Propriedades para Investimento	359	0
1.06	Imobilizado	330.116	0
1.06.01	Imobilizado de Uso	723.840	0
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	1.343	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-395.067	0
1.07	Intangível	203.719	0
1.07.01	Intangíveis	221.027	0
1.07.03	Amortização Acumulada	-17.308	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
2	Passivo Total	70.923.904	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	45.899.121	0
2.02.01	Depósitos	14.516.771	0
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	8.814.061	0
2.02.01.02	Depósitos à Vista	3.112.354	0
2.02.01.03	Depósitos de Poupança	1.236.400	0
2.02.01.04	Depósitos Interfinanceiros	1.353.956	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	4.534.203	0
2.02.02.01	Captações no Mercado Aberto	4.534.203	0
2.02.04	Outras Captações	26.848.147	0
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	455.519	0
2.02.04.03	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	826.427	0
2.02.04.04	Obrigações por Repasses do Exterior	2.094.418	0
2.02.04.09	Arrendamento	1.271	0
2.02.04.10	Outros Instrumentos de Dívida	4.729.940	0
2.02.04.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	165.724	0
2.02.04.12	Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	18.423.746	0
2.02.04.13	Rendas Antecipadas	151.102	0
2.03	Provisões	7.760.450	0
2.03.01	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	4.007.725	0
2.03.02	Passivos Atuariais	2.308.145	0
2.03.03	Provisão Para Contingências	1.109.722	0
2.03.05	Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Créditos	334.858	0
2.04	Passivos Fiscais	1.026.093	0
2.05	Outros Passivos	2.123.109	0
2.07	Patrimônio Líquido	14.115.131	0
2.07.01	Capital Social Realizado	11.648.938	0
2.07.03	Reservas de Reavaliação	13.086	0
2.07.04	Reservas de Lucros	3.275.231	0
2.07.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.275.231	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	40.977	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-863.101	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	2.185.213	0
3.01.01	Operações de Crédito	910.027	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.414.573	0
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-155.644	0
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	11.634	0
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	4.623	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.419.358	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-534.342	0
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-49.329	0
3.02.03	Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	-485.076	0
3.02.04	Provisão para Risco de Crédito	-350.611	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	765.855	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-43.083	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	936.114	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-737.713	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-631.121	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-160.857	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	1.244.417	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-693.923	0
3.04.07.01	Provisão para Contingências Passivas	-96.137	0
3.04.07.02	Outras Despesas Operacionais	-156.290	0
3.04.07.03	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-441.496	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	722.772	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-373.200	0
3.06.01	Corrente	-332.440	0
3.06.02	Diferido	-40.760	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	349.572	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	349.572	0
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-8.359	0
3.10.01	Participações	-8.359	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	341.213	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024</b>
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	341.213	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	41.631	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	26.701	0
4.02.01.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de TVM	48.519	0
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de TVM	-21.834	0
4.02.01.03	Realização da Reserva de Reavaliação	29	0
4.02.01.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-13	0
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	14.930	0
4.02.02.01	Ganhos ou Perdas Atuariais	27.145	0
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	-12.215	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	382.844	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024</b>
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	185.365	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.835.846	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	722.772	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	1.113.074	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.650.481	0
6.01.02.01	Depósitos Compulsórios no Banco Central	-1.611.889	0
6.01.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	148.807	0
6.01.02.03	Aplicações em Depósitos Intefinanceiros	-173.503	0
6.01.02.04	Aplicações em Moedas Estrangeiras	-6.343	0
6.01.02.05	Operações de Crédito	-1.599.355	0
6.01.02.06	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	191.563	0
6.01.02.07	Outros Ativos	564.881	0
6.01.02.08	Ativos Fiscais	445.004	0
6.01.02.09	Depósitos	-2.606.063	0
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	207.912	0
6.01.02.11	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-93.959	0
6.01.02.12	Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.874.238	0
6.01.02.13	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	444.245	0
6.01.02.14	Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	334.858	0
6.01.02.15	Provisão para Contingências	44.828	0
6.01.02.16	Passivos Atuariais	-13.333	0
6.01.02.17	Rendas Antecipadas	-2.500	0
6.01.02.18	Passivos Fiscais	582.834	0
6.01.02.19	Imposto de Renda e CSLL pagos	-902.170	0
6.01.02.20	Outros Passivos	-480.536	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.276.540	0
6.02.01	Inversões em Imobilizado de Uso	-9.404	0
6.02.03	Alienação(baixa) de Imobilizado de Uso	21	0
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis par Venda	-1.237.359	0
6.02.06	Inversões em Intangível	-30.779	0
6.02.07	Inversões em Investimentos	981	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-314.821	0
6.03.02	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-314.821	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.405.996	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.032.421	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.626.425	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	11.648.938	0	3.207.051	0	0	-904.716	13.951.273
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-184.806	0	-184.806
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.648.938	0	3.207.051	0	-184.806	-904.716	13.766.467
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	81.282	0	-81.282	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	81.282	0	-81.282	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	341.213	26.685	367.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	341.213	0	341.213
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	26.685	26.685
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	48.519	48.519
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-21.834	-21.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16	0	-34.148	14.930	-19.234
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	-34.164	14.930	-19.234
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	27.145	27.145
5.06.01.02	Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-12.215	-12.215
5.06.01.03	Registro de Instrumentos Financeiros Derivativos s/ Operações de Câmbio (Liq. de Tributos)	0	0	0	0	-34.164	0	-34.164
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-29	0	29	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	13	0	-13	0	0
5.07	Saldos Finais	11.648.938	0	3.288.317	0	40.977	-863.101	14.115.131

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.772.600	0	2.847.017	0	0	-911.026	10.708.591
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.772.600	0	2.847.017	0	0	-911.026	10.708.591
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.424.511	0	-1.305.215	0	-119.296	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.424.511	0	-1.424.511	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	119.296	0	-119.296	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	500.722	-85.891	414.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	500.722	0	500.722
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-85.891	-85.891
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-156.165	-156.165
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	70.274	70.274
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17	0	17	175.710	175.710
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	175.710	175.710
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	319.472	319.472
5.06.01.02	Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-143.762	-143.762
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-30	0	30	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	13	0	-13	0	0
5.07	Saldos Finais	10.197.111	0	1.541.785	0	381.443	-821.207	11.299.132

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024</b>
7.01	Receitas	3.321.211	0
7.01.01	Intermediação Financeira	2.184.771	0
7.01.02	Prestação de Serviços	936.114	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-350.611	0
7.01.04	Outras	550.937	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.068.747	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-609.180	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-27.987	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-375.475	0
7.03.04	Outros	-205.718	0
7.03.04.01	Processamento dados e Telecomunicações	-130.340	0
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-10.391	0
7.03.04.03	Transportes	-8.300	0
7.03.04.04	Segurança	-24.791	0
7.03.04.05	Viagens	-6.555	0
7.03.04.06	Outras	-25.341	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.643.284	0
7.05	Retenções	-9.482	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.482	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.633.802	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.633.802	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.633.802	0
7.09.01	Pessoal	642.327	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	445.686	0
7.09.01.02	Benefícios	163.172	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	33.469	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	637.803	0
7.09.02.01	Federais	623.573	0
7.09.02.02	Estaduais	11	0
7.09.02.03	Municipais	14.219	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	12.459	0
7.09.03.01	Aluguéis	12.459	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	341.213	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	341.213	0

## Comentário do Desempenho

---

### DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou, no primeiro trimestre de 2025, o montante de R\$ 13,7 bilhões em 1.147.788 operações de empréstimos e financiamentos. Desses recursos, o valor de R\$ 9,4 bilhões foi oriundo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

No que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 143.882 operações de financiamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2.074,9 milhões no período. Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. No primeiro trimestre de 2025 foram contratadas, nesta modalidade, a quantidade de 140.416 operações com agricultores familiares, totalizando R\$ 1.860,4 milhões.

Já por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 3,1 bilhões, contratando 971.391 operações em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi contratado o montante de R\$ 4,9 bilhões no primeiro trimestre de 2025, totalizando 1.111.807 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 1,3 bilhão ao longo do primeiro trimestre de 2025 e 9.480 operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve Lucro Líquido de R\$ 341,2 milhões no primeiro trimestre de 2025 – redução de 31,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, por conta de aumento de provisões para risco de crédito, tendo em vista a implementação de critérios mais conservadores, a partir de 2025, por meio do cálculo de perdas esperadas, preconizado pela Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela Resolução nº 352, do Banco Central.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, o resultado recorrente diminuiu 28,1%, sem considerar os efeitos de recuperação de operações por conta de Leis de renegociações no ano anterior.

**Comentário do Desempenho**Valores em R\$  
milhões

	jan-mar/24	jan-mar/25	Var. R\$	Var. %
<b>Resultado Recorrente</b>	<b>474,3</b>	<b>341,2</b>	<b>(133,1)</b>	<b>-28,1%</b>
<b>Eventos não recorrentes</b>	<b>26,4</b>	<b>-</b>		
Renegociação de operações do FNE - Lei 14.554/2023	25,2	-		
Regularização de operações Pessoa Física - Programa Desenrola Brasil	25,9	-		
Efeitos fiscais e PLR sobre itens extraordinários	(24,7)	-		
<b>Lucro Líquido</b>	<b>500,7</b>	<b>341,2</b>	<b>(159,5)</b>	<b>-31,9%</b>

Consideram-se "não recorrentes" itens que contribuem para o resultado da instituição, advindos de ocorrências sem previsibilidade e com fato gerador individual e específico de dado cenário e, por este motivo, tendem a não se repetir no futuro.

## Notas Explicativas

### Índice das Notas Explicativas

NOTA 1 - O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS .....	13	NOTA 14 – PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS.....	39
NOTA 2 - BASE PARA A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS.....	13	NOTA 15 – PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS COM COMPROMISSOS DE CRÉDITO E CRÉDITO A LIBERAR.....	40
NOTA 3 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	15	NOTA 16 - ATIVOS CONTINGENTES, PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES.....	40
NOTA 4 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	21	NOTA 17 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO .....	42
NOTA 5 - DISPONIBILIDADES E CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	23	NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS .....	45
NOTA 6 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL.....	23	NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS.....	50
NOTA 7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	24	NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	50
NOTA 8 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS .....	32	NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS .....	51
NOTA 9 - OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	32	NOTA 22 - REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES.....	52
NOTA 10 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL .....	33	NOTA 23 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E ÍNDICE DE BASILEIA .....	52
NOTA 11 – PASSIVOS FINANCEIROS.....	34	NOTA 24 - PARTES RELACIONADAS.....	62
NOTA 12 – FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO.....	37	NOTA 25 - RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES .....	63
NOTA 13 - RENDAS ANTECIPADAS .....	39		
NOTA 26 - OUTRAS INFORMAÇÕES .....	63		

## Notas Explicativas

### NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas 16.a e 20.g. O Banco possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

### NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias individuais

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

De acordo com a dispensa permitida pelo Artigo 79, da Resolução CMN nº 4.966, de 25.11.2021, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais não apresentam informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

As contas do Ativo e do Passivo do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme faculta a Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020. A segregação entre circulante e não circulante é objeto de divulgação nas Notas Explicativas.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Demonstrações financeiras intermediárias individuais, conforme abaixo:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 91, de 20.05.2022);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN nº 4.534, de 24.11.2016);
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Resolução CMN nº 4.975, de 16.12.2021 e Resolução CVM nº 95, de 20.05.2022);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CVM nº 117, de 03.06.2022);
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (Resolução CMN nº 3.989, de 30.06.2011);

## Notas Explicativas

- CPC 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente (Resolução CVM nº 190, de 09.10.2023);
- CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias (Resolução CVM nº 102, de 20.05.2022);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Resolução CVM nº 103, de 20.05.2022);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 106, de 20.05.2022);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Resolução CVM nº 109, de 20.05.2022);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021); e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021).

### Normas que entraram em vigor em 01.01.2025:

#### a) para Instrumentos Financeiros:

Em 25.11.2021, o CMN publicou a Resolução nº 4.966, que introduziu novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova Resolução revogou, dentre outras, a Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que estabelecia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito, e as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.01.2001 e 3.082, de 30.01.2002, que eram aplicadas aos títulos e valores mobiliários.

A Resolução CMN nº 4.966 representa mudança significativa nas práticas contábeis para instrumentos financeiros, principalmente quanto à adoção do modelo de perdas esperadas, antecipando o reconhecimento de possíveis perdas associadas ao risco de crédito. A nova regulamentação exigiu ajustes nos processos contábeis e novos critérios de divulgação, abrangendo classificação, mensuração, baixa e reconhecimento de ativos financeiros, incluindo instrumentos de hedge.

No tocante ao modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito adotado pelo Banco a partir de 01.01.2025, releva registrar: (i) utilização da metodologia completa de apuração, na avaliação da perda, conforme dispõe o Artigo 40 da Resolução CMN nº 4.966, pois conforme a segmentação estabelecida pela Resolução CMN nº 4.553, de 30.01.2017, o Banco está enquadrado no Segmento 2 (S2); e (ii) alcance não somente da situação atual do crédito e do devedor, mas também da expectativa de eventos futuros que possam afetar a capacidade do devedor e de condições relacionadas ao crédito, diferentemente do que se aplicava até então, em que as perdas reconhecidas do crédito eram registradas em função da classificação em escala de rating, com aplicação de percentuais sobre o saldo exposto, crescente à medida da piora da classificação.

Outra mudança diz respeito à classificação dos TVM. Sob a luz da Circular Bacen nº 3.068, os TVM eram classificados em três categorias: para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Com o advento da Resolução CMN nº 4.966, os TVM passaram a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses Ativos, em três novas categorias: Valor Justo no Resultado (“VJR”), Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e Custo Amortizado (“CA”)

Em 16.11.2022, foi publicada a Lei nº 14.467, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”. Mencionada Lei estabelece que os artigos 9º, 9ºA e 10 a 12 da Lei n.º 9.430, de 27.12.1996 não mais se aplicarão às instituições financeiras, no que se refere ao registro das perdas, aos encargos financeiros de créditos vencidos e aos créditos recuperados, estando alinhada à Resolução CMN n.º 4.966. Tais alterações no tratamento das perdas para fins fiscais visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com redução de vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. Em

## Notas Explicativas

27.12.2024, a Lei nº 15.078 introduziu alterações no artigo 6º da Lei nº 14.467, permitindo que as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen passem a utilizar a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para fins de exclusão do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, das perdas apuradas em 01.01.2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31.12.2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas. Entretanto, essa dedutibilidade será permitida somente a partir do mês de janeiro/2026.

Em 23.11.2023, o Bacen emitiu a Resolução nº 352, que estabeleceu os procedimentos a serem observados para: (i) definir os fluxos de caixa futuros de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal; (ii) aplicar a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; (iii) constituir a provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iv) solicitar autorização para utilização da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (v) evidenciar informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas às demonstrações financeiras.

### **b) para operações de Arrendamento Mercantil:**

A Resolução CMN nº 4.975, de 16.12.2021, que “dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”, foi aplicada prospectivamente pelo Banco, a partir de 01.01.2025, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de suas operações de arrendamento mercantil, na condição de arrendatário, em observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 06.10.2017.

### **NOTA 3 - Resumo das Políticas Contábeis**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas ao período apresentado nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

#### **a) Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco é o Real.

Os Ativos e Passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os Ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada mês, os Ativos e Passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

#### **b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério pro rata temporis.

#### **c) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa**

Correspondem aos saldos de disponibilidades, acrescidos das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e que apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

#### **d) Instrumentos Financeiros**

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

##### **l) Classificação**

O Banco classifica seus Ativos e Passivos Financeiros considerando os modelos de negócios para gerirlos, associados com as respectivas características de fluxo de caixa contratual, conforme a seguir:

#### **a) Ativos Financeiros:**

##### **a.1) Ao Valor Justo no Resultado (“VJR”):**

- cujo objetivo seja vendê-los antes de seus respectivos vencimentos, mas que não contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamento de principal + encargos em datas previamente estabelecidas; ou,

## Notas Explicativas

- que sejam classificados como Instrumentos Financeiros Derivativos.

**a.2) Ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:**

- cujo objetivo seja tanto mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso), como vendê-los antes de seus respectivos vencimentos; e,
- contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas previamente estabelecidas.

**a.3) Ao Custo Amortizado (“CA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:**

- cujo objetivo seja mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso); e,
- contemplem os esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas previamente estabelecidas.

**b) Passivos Financeiros:**

**b.1) Ao Custo Amortizado (“CA”),** excetuando-se os que forem objeto da opção irrevogável, quanto a serem mensurados a VJR; e

**b.2) Valor Justo no Resultado (“VJR”)** os Passivos decorrentes de Instrumentos Financeiros Derivativos.

**II) Reclassificação**

O Banco somente reclassifica os Ativos Financeiros na hipótese de mudanças em seus modelos de negócios para geri-los e, em nenhuma hipótese, reclassifica os seus Passivos Financeiros.

**III) Taxa de Juros Efetiva (“TJE”)**

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do Ativo ou Passivo Financeiro ao valor contábil bruto de um Ativo Financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um Passivo Financeiro.

Ativos e Passivos financeiros classificados e mensurados ao (“CA”), referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31.12.2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos, exceto se renegociadas/reestruturadas a partir de 01 de janeiro de 2025.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do Ativo Financeiro.

Referente às operações de créditos classificadas na categoria (“CA”), o Banco optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método [diferenciada linear] de apropriação às receitas contratuais; e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos custos imateriais, conforme disposto no art. 13 da Res. BCB nº352/23.

Em razão das operações ativas e passivas do Banco, os seguintes custos de transação/originação e tarifas/comissões compõem a formação da TJE, uma vez que se referem a custos diretamente atribuíveis à emissão do instrumento financeiro:

- Taxa de Abertura de Crédito (TAC) e Comissão de Estruturação (incidentes na originação de operações de crédito ativas); e
- Taxa Flat (incidente na liberação de recursos de operações passivas junto ao BNDES).

**IV) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

O Banco adota a metodologia completa para cálculo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, observando-se os seguintes critérios:

## Notas Explicativas

- são consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definido pela Resolução BCB nº 352, artigo 76, para operações adimplidas e inadimplidas, inclusive. A citada Resolução não dispensa às Instituições Financeiras obrigadas à aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais ali definidos.

- são consideradas, ainda, as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos Ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos Ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do Ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

O Banco não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento da receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso.

### V) Baixa do Ativo Financeiro

O Banco procede à baixa de um Ativo Financeiro se:

- os direitos contratuais ao fluxo de caixa do Ativo expirarem; ou
- o Ativo Financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

Conforme modelo de avaliação instituído pelo Banco, o período de reconhecimento de não-recuperação do valor de um Ativo foi definido em 19 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C3, C4 e C5, conforme a tabela de perda incorrida, sendo 18 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento à prejuízo, e em 25 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C1 e C2, sendo 24 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento em prejuízo.

### VI) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de Ativos e Passivos Financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza métodos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme modelo de negócios, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o Ativo ou Passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o Ativo ou Passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### e) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de swap, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de “swap” são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua

## Notas Explicativas

natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em hedge de risco de mercado.

O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação no valor de mercado registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Em face da implementação do novo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF, a partir de 01.01.2025, os contratos de câmbio, na qualidade de instrumentos financeiros derivativos, passaram a ser contabilizados pelo valor justo com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.

### **f) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

### **g) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)**

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados nas categorias (“VJR”), (“VJORA”) e (“C.A”)

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, rating e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado).

### **h) Outros Valores e Bens**

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

### **i) Propriedades para Investimento, Imobilizado e intangível**

Propriedades para Investimento: estão avaliadas pelo custo, deduzido da respectiva depreciação.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável (se houver) e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou

## Notas Explicativas

desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

### **j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros que tem modelo de negócios definido como venda e como coletar fluxos de caixa são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

### **k) Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério pro rata die.

### **l) Dívidas Subordinadas**

Estão registradas pelo custo amortizado, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

### **m) Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações financeiras intermediárias individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

### **n) Benefícios a Empregados**

## Notas Explicativas

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, periodicamente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

### o) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% e 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL, e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467, de 16.11.2022;
- Demais provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc.);
- Ajuste a valor de mercado: prazo do contrato; e

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando

## Notas Explicativas

resultam de transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

Em face da Lei nº 14.467, de 16.11.2022, alterada pela Lei nº 15.078, de 27.12.2024, as perdas apuradas em 01.01.2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31.12.2024, que não foram deduzidos até essa data nem recuperados, serão excluídos do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/84 (um oitenta e quatro avos), a partir de janeiro/2026.

### p) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais inclui estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida; e constituição e realização de ativo/passivo fiscal diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes de tais estimativas e premissas.

### q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

### r) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

### s) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

## NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante o trimestre findo em 31.03.2025.

O quadro a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total".

## Notas Explicativas

Especificação	31.03.2025		
	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>	<b>1.959.769</b>	<b>1.469.861</b>	<b>3.429.630</b>
Receitas de Operações de Crédito (Nota 7.c.2.3)	910.027	-	910.027
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.a.1.1)	921.498	493.075	1.414.573
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2.4)	(155.644)	-	(155.644)
Resultado de Operações de Câmbio	11.634	-	11.634
Resultado de Aplicações Compulsórias	4.623	-	4.623
Outras Receitas	267.631	976.786	1.244.417
<b>Despesas</b>	<b>(927.222)</b>	<b>(931.041)</b>	<b>(1.858.263)</b>
Despesas de Captação no Mercado (Nota 11.a.2.1)	(534.342)	-	(534.342)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(42.269)	(492.136)	(534.405)
Provisão para Risco de Crédito	(350.611)	(438.905)	(789.516)
<b>Margem Financeira</b>	<b>1.032.547</b>	<b>538.820</b>	<b>1.571.367</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 21.a)	174.985	731.613	906.598
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 21.b)	29.516	-	29.516
<b>Pasep e Cofins</b>	<b>(64.992)</b>	<b>(81.273)</b>	<b>(146.265)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>1.172.056</b>	<b>1.189.160</b>	<b>2.361.216</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(1.368.834)</b>
Despesas de Pessoal (Nota 21.c)			(737.713)
Outras Despesas Administrativas (Nota 21.d)			(631.121)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(173.705)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(95.905)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>722.772</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(373.200)
Participações no Lucro			(8.359)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>341.213</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

<b>Especificação</b>	<b>31.03.2025</b>
Disponibilidades em Caixa	124.871
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	41.556
<b>Total das Disponibilidades</b>	<b>166.427</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	1.459.998
<b>Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.626.425</b>

<sup>(1)</sup> Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

### NOTA 6 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

<b>Especificação</b>	<b>31.03.2025</b>
Depósitos Compulsórios sobre Recursos à Vista	525.527
Depósitos Compulsórios sobre Poupança	245.971
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo	483.126
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>1.254.624</b>

<sup>(1)</sup> Operações cujo vencimento corresponde a até 12 meses.

## Notas Explicativas

### NOTA 7 – Instrumentos Financeiros

#### a) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (“VJR”)

##### a.1) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Títulos e Valores Mobiliários	31.03.2025							
	Faixa de Vencimento		Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Nível de Mensuração a Valor Justo	Perdas Esperadas
	Até 360 dias	Acima de 360 dias						
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>46.634</b>	<b>781.135</b>		<b>838.901</b>	<b>827.770</b>	<b>(11.131)</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	-	617.970	2029 a 2030	616.249	617.971	1.722	Nível 1	-
Letras do Tesouro Nacional	46.634	-		47.283	46.634	(649)	Nível 1	-
Notas do Tesouro Nacional	-	163.165	2035 a 2045	175.369	163.165	(12.204)	Nível 1	-
<b>Cotas de Fundos de Investimento</b>	<b>-</b>	<b>392.830</b>		<b>392.830</b>	<b>392.830</b>	<b>-</b>		
Vinci Crédito FIC Infra	-	392.830	2099	392.830	392.830	-	Nível 1	-
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	<b>4.915</b>	<b>-</b>		<b>4.915</b>	<b>4.915</b>	<b>-</b>		
Ações de Companhias Abertas	4.915	-	Sem vencimento	4.915	4.915	-	Nível 1	-
<b>Total da Categoria</b>	<b>51.549</b>	<b>1.173.965</b>		<b>1.236.646</b>	<b>1.225.515</b>	<b>(11.131)</b>		
Crédito Tributário						5.850		
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d)						(841)		
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>						<b>(6.122)</b>		

<sup>(1)</sup> Composição: Garantias em Processos Judiciais R\$ 4.915.

##### a.1.1) Resultado com TVM

Especificação	01.01 a 31.03.2025
Aplicações no Mercado Aberto	67.315
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.877
Títulos de Renda Fixa	1.323.594
Títulos de Renda Variável	2.787
<b>Total</b>	<b>1.414.573</b>

## Notas Explicativas

### a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

#### a.2.1) IFD classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Composição em 31.03.2025						
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado Negativo
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
<b>Posição Ativa</b>						
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.082.247	94.899	-	97.560	-	2.661
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	58.897	-	49.640	-	-
Moeda Estrangeira (Euro)	311.000	-	21.445	-	8.477	12.968
<b>Posição Passiva</b>						
<b>Total</b>	<b>1.707.629</b>	<b>153.796</b>	<b>21.445</b>	<b>147.200</b>	<b>8.477</b>	<b>15.629</b>

Especificação	31.03.2025
	Diferencial a Receber
3 a 12 meses	94.899
1 a 3 anos	-
5 a 15 anos	58.897
<b>Total</b>	<b>153.796</b>

Especificação	31.03.2025				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – US\$	1.229.595	1.132.035	1.226.934	1.132.035	(2.661)
<b>Item Objeto de Hedge <sup>(1)</sup></b>	<b>Valor da Curva</b>		<b>Valor de Mercado</b>		<b>Ajuste a Valor de Mercado</b>
Captação de recursos no exterior	1.226.933		1.228.482		(1.549)
Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d.c)					841

<sup>(1)</sup> Líquido do efeito tributário com relação ao Item Objeto de Hedge.

IFD utilizados como Hedge	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ajuste a Valor de Mercado
	Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	380.929	331.290	373.371	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	314.351	322.829	305.344	326.790	(12.968)
<b>Item Objeto de Hedge <sup>(1)</sup></b>	<b>Valor da Curva</b>		<b>Valor de Mercado</b>		<b>Ajuste a Valor de Mercado</b>
Captação de recursos no exterior	678.715		694.397		(15.682)

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captações no Exterior junto ao Banco Europeu de Investimento-BEI e à Associação Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores dos principais captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o Item Objeto de Hedge também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado de cada Item Objeto de *Hedge* (registrado como parte do valor contábil da captação) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessas operações, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante todo o prazo das operações estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade das operações.

As operações com IFD destinadas a cada item objeto de *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) dos Itens

## Notas Explicativas

Objeto de *Hedge* e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

### a.2.2) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com IFD

Especificação	31.03.2025
<i>Swap Simples – Fluxo Não Constante</i>	3.537
<b>Total</b>	<b>3.537</b>

### a.2.3) Instrumento Financeiro Derivativo originado de contratações de operações de câmbio

Composição em 31.03.2025		
Especificação	Valor Nominal	Valor Justo
Contrato de Câmbio – Compra de moeda estrangeira	51.325	51.856
Contrato de Câmbio – Venda de moeda estrangeira	93.014	93.409
<b>Totais</b>	<b>144.349</b>	<b>145.265</b>

### a.2.4) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	31.03.2025
<i>Swap</i>	(155.644)
<b>Total</b>	<b>(155.644)</b>

## Notas Explicativas

## b) Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

Títulos Valores Mobiliários	31.03.2025											
	Faixa de Vencimento					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Perda Esperada	
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						Estágio 1	Total
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	-	<b>839.207</b>	<b>40.163.755</b>		<b>42.010.883</b>	<b>41.002.962</b>	<b>(1.007.921)</b>		<b>(3.384)</b>	<b>(3.384)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	36.616.255	2027 a 2030	36.505.691	36.616.255	110.564	Nível 1	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.814.821	2050 a 2055	3.659.694	2.814.821	(844.873)	Nível 1	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	839.207	656.063	2025 a 2026	1.506.137	1.495.270	(10.867)	Nível 3	-	-
Debêntures	-	-	-	-	73.048	2035	336.071	73.048	(263.023)	Nível 3	(2.853)	(2.853)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.568	2027	3.290	3.568	278	Nível 2	(531)	(531)
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>6.282</b>	-	-	<b>107.479</b>	<b>288.175</b>		<b>401.936</b>	<b>401.936</b>	-		-	-
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	555	-	-	-	-	Sem Vencimento	555	555	-	Nível 1	-	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	-	-	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	-	-	-	18.863	-	2025	18.863	18.863	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC II	-	-	-	13.433	-	2025	13.433	13.433	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC III	-	-	-	16.300	-	2026	16.300	16.300	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC IV	-	-	-	-	649	2033	649	649	-	Nível 1	-	-
FIP Brasil Agronegócio	-	-	-	6.500	-	2026	6.500	6.500	-	Nível 1	-	-
Nordeste III FIP	-	-	-	52.383	-	2025	52.383	52.383	-	Nível 1	-	-
FIP Anjo	-	-	-	-	10.457	2029	10.457	10.457	-	Nível 1	-	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	-	27.771	2030	27.771	27.771	-	Nível 1	-	-
Vinci Cred Infra Institucional	-	-	-	-	249.298	2037	249.298	249.298	-	Nível 1	-	-
Fundo de Investimento Liquidez Câmara B3 Multimercado	5.727	-	-	-	-	Sem Vencimento	5.727	5.727	-	Nível 1	-	-
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	-	-	-	-	<b>894.243</b>		<b>891.472</b>	<b>894.243</b>	<b>2.771</b>		-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	894.243	Sem Vencimento	891.472	894.243	2.771	Nível 1	-	-
<b>Total da Categoria</b>	<b>6.282</b>	-	-	<b>946.686</b>	<b>41.346.173</b>		<b>43.304.291</b>	<b>42.299.141</b>	<b>(1.005.150)</b>		<b>(3.384)</b>	<b>(3.384)</b>
Crédito Tributário (Nota 18.c)									503.584			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d)									(51.265)			
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado <sup>(2)</sup></b>									<b>(552.831)</b>			

<sup>(1)</sup> Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 844.511; e Demais Garantias R\$ 49.732; e

<sup>(2)</sup> Registrado em “Outros Resultados Abrangentes”.

## Notas Explicativas

### Movimentação dos Títulos Mensurados a Valor Justo

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>1.594.144</b>	<b>62.474</b>
Compras/ Bloqueio judicial	-	-
Vendas/Desbloqueio Judicial	(154.281)	-
Amortização	-	-
Rendas	52.332	807
Cutover TVM – Res.4966 LPA	1.624	34.974
Valorização	-	-
Perdas Permanentes e (Reversões) <sup>(1)</sup>	(2.853)	(531)
Ajustes a Mercado <sup>(2)</sup>	1.450	(25.208)
<b>Saldo em 31.03.2025</b>	<b>1.492.417</b>	<b>72.517</b>

<sup>(1)</sup> Reconhecidas no Resultado; e

<sup>(2)</sup> Reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes".

### c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado ("CA")

#### c.1) Títulos e Valores Mobiliários

Títulos e Valores Mobiliários	31.03.2025		
	Faixa de Vencimento Acima de 360 dias	Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>268.070</b>		<b>268.070</b>
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	268.070	2030	268.070
<b>Total da Categoria</b>	<b>268.070</b>		<b>268.070</b>

#### c.2) Operações de Crédito

##### c.2.1) Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2025	
	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	17.721.897	(708.773)
Outras Rubricas com Características de Crédito	515.340	(71.348)
<b>Total</b>	<b>18.237.237</b>	<b>(780.121)</b>

## Notas Explicativas

### c.2.2) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2025
Adiantamentos a Depositantes	52.958
Empréstimos	9.716.878
Títulos Descontados	4.992
Financiamentos	2.228.154
Financiamentos a Exportações	9.573
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	64.675
Financiamentos Agroindustriais	854
Financiamentos Rurais	1.294.490
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.640.550
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>17.013.124</b>
Títulos e Créditos a Receber	67.663
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	376.329
<b>Total de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>443.992</b>
<b>Total da Carteira de Créditos</b>	<b>17.457.116</b>

### c.2.3) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2025
Empréstimos e Títulos Descontados	594.743
Financiamentos	147.821
Financiamentos Agroindustriais	2
Financiamentos Rurais	42.366
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	16.709
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	108.386
<b>Total</b>	<b>910.027</b>

### c.2.4) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

#### Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2025
Rural	47.776	29.813	374.065	449.884	371.551	51.014	1.324.103
Indústria	82.380	88.077	100.310	311.334	527.732	4.027.793	5.137.626
Governo	-	-	-	34.185	-	152.115	186.300
Outros Serviços	206.773	131.642	157.869	572.228	951.860	2.059.048	4.079.420
Comércio	840.291	697.839	646.798	1.241.940	968.156	1.803.114	6.198.138
Pessoas Físicas	1.935	1.000	1.052	2.059	3.194	2.241	11.481
<b>Total 31.03.2025</b>	<b>1.179.155</b>	<b>948.371</b>	<b>1.280.094</b>	<b>2.611.630</b>	<b>2.822.493</b>	<b>8.095.325</b>	<b>16.937.068</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

#### Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.03.2025
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Rural	-	-	-	204	321	958	1.483
Indústria	3.265	2.827	2.780	7.053	13.565	51.083	80.573
Governo	-	-	-	3.384	-	16.922	20.306
Outros Serviços	14.470	12.002	10.739	25.243	41.362	121.468	225.284
Comércio	53.725	39.103	33.102	57.336	70.169	170.759	424.194
Pessoas Físicas	214	226	115	303	545	278	1.681
<b>Total 31.03.2025</b>	<b>71.674</b>	<b>54.158</b>	<b>46.736</b>	<b>93.523</b>	<b>125.962</b>	<b>361.468</b>	<b>753.521</b>

## Notas Explicativas

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2025
Rural	-	-	5.204	1.251	452	9.008	-	15.915
Indústria	2.894	1.280	5.089	1.003	2.403	2.581	136	15.386
Governo	4.309	-	-	-	-	-	-	4.309
Outros Serviços	11.065	7.751	32.346	87.828	65.137	16.821	4.854	225.802
Comércio	81.281	27.924	33.598	21.998	57.481	49.576	1.700	273.558
Pessoas Físicas	3.034	413	637	528	1.620	3.192	2.254	11.678
<b>Total 31.03.2025</b>	<b>102.583</b>	<b>37.368</b>	<b>76.874</b>	<b>112.608</b>	<b>127.093</b>	<b>81.178</b>	<b>8.944</b>	<b>546.648</b>

### c.2.5) Concentração de Crédito

Especificação	31.03.2025	
	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.210.078	12,12
50 maiores devedores	5.387.065	29,54
100 maiores devedores	7.357.235	40,34

**c.2.6)** No 1º trimestre de 2025, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 108.386. As renegociações totalizaram R\$ 28.389.

### c.3) Níveis de Risco

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é constituída de acordo com o estágio no qual o instrumento financeiro está alocado, da seguinte forma:

- **primeiro estágio:** a constituição da provisão, considera a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses, ou durante o prazo esperado do instrumento, caso este seja inferior a 12 meses;
- **segundo estágio:** a constituição da provisão leva em conta a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito ao longo de todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e
- **terceiro estágio:** a constituição da provisão considera que o instrumento financeiro é classificado como um Ativo com problema de recuperação de crédito.

A determinação do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considera as características dos Ativos Financeiros segregados por carteiras (C1, C2, C3, C4 ou C5).

## Notas Explicativas

## c.3.1) Classificação dos Ativos Financeiros por Estágio

Ativos Financeiros	31.03.2025			
	Estágios			
	1	2	3	Total
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>(2.298.057)</b>	-	-	<b>(2.298.057)</b>
<b>Títulos de Dívida</b>	<b>(44.009.327)</b>	-	-	<b>(44.009.327)</b>
Títulos Públicos Federais	(42.167.119)	-	-	(42.167.119)
Títulos Privados de Instituições Financeiras	(1.506.138)	-	-	(1.506.138)
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	(336.070)	-	-	(336.070)
<b>Operações de Crédito</b>	<b>(16.341.270)</b>	<b>(667.309)</b>	<b>(713.318)</b>	<b>(17.721.897)</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(9.358.776)	(423.425)	(538.634)	(10.320.835)
Financiamentos	(2.257.657)	(68.903)	(90.839)	(2.417.399)
Financiamentos Rurais	(1.246.542)	(54.475)	(38.774)	(1.339.791)
Financiamentos de Infraestrutura e	(3.478.295)	(120.506)	(45.071)	(3.643.872)
<b>Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred</b>	<b>(362.575)</b>	<b>(4.629)</b>	<b>(148.136)</b>	<b>(515.340)</b>
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess.	(360.473)	(4.311)	(30.723)	(395.507)
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	(2.102)	(318)	(117.413)	(119.833)
<b>Outros Ativos Financeiros</b>	<b>(50)</b>	-	<b>(16)</b>	<b>(66)</b>
<b>Total</b>	<b>(63.011.279)</b>	<b>(671.938)</b>	<b>(861.470)</b>	<b>(64.544.687)</b>

## c.4) Classificação dos Ativos Financeiros por Tipo de Carteira

Ativos Financeiros	31.03.2025					Total
	Carteiras					
	C1	C2	C3	C4	C5	
<b>Não Problemáticos</b>	<b>(219.892)</b>	<b>(50.144.458)</b>	<b>(12.112.733)</b>	<b>(988.420)</b>	<b>(184.704)</b>	<b>(63.650.207)</b>
De 0 A 14 Dias De Atraso	(219.892)	(50.139.232)	(11.765.421)	(985.141)	(178.582)	(63.288.268)
De 15 A 30 Dias De Atraso	-	(2.257)	(130.006)	(473)	(1.281)	(134.017)
De 31 A 60 Dias De Atraso	-	(2.699)	(156.398)	(2.604)	(2.758)	(164.459)
De 61 A 90 Dias De Atraso	-	(270)	(60.908)	(202)	(2.083)	(63.463)
<b>Problemáticos Adimplidos</b>	<b>(16)</b>	<b>(48.350)</b>	<b>(288.648)</b>	<b>(38.889)</b>	<b>(9.095)</b>	<b>(384.998)</b>
De 0 A 90 Dias De Atraso	(16)	(48.350)	(288.648)	(38.889)	(9.095)	(384.998)
<b>Problemáticos Inadimplidos</b>	<b>(8.086)</b>	<b>(579)</b>	<b>(447.781)</b>	<b>(2.613)</b>	<b>(17.411)</b>	<b>(476.470)</b>
Inad.- Menor Que 1 Mês	-	(125)	(57.817)	(171)	(2.461)	(60.574)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 1 E Menor Que 2	-	(65)	(43.699)	(56)	(1.946)	(45.766)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 2 E Menor Que 3	-	(9)	(133.956)	(351)	(1.188)	(135.504)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 3 E Menor Que 4	(8.024)	(54)	(48.183)	(253)	(1.421)	(57.935)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 4 E Menor Que 5	-	(11)	(26.242)	(74)	(2.007)	(28.334)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 5 E Menor Que 6	-	-	(29.879)	(67)	(979)	(30.925)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 6 E Menor Que 7	-	(183)	(25.640)	(669)	(1.090)	(27.582)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 7 E Menor Que 8	(62)	-	(20.623)	(24)	(1.410)	(22.119)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 8 E Menor Que 9	-	(96)	(34.571)	(276)	(1.202)	(36.145)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 9 E Menor Que	-	-	(17.279)	(67)	(780)	(18.126)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 10 E Menor Que	-	(36)	(9.469)	(224)	(1.389)	(11.118)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 11 E Menor Que	-	-	(18)	(67)	(1.140)	(1.225)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 12 E Menor Que	-	-	-	-	(334)	(334)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 13 E Menor Que	-	-	(55)	-	(23)	(78)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 14 E Menor Que	-	-	(350)	(263)	(21)	(634)
Inad.-Per. Igual Ou Maior 15 E Menor Que	-	-	-	(51)	(20)	(71)
<b>Total</b>	<b>(227.994)</b>	<b>(50.193.387)</b>	<b>(12.849.162)</b>	<b>(1.029.922)</b>	<b>(211.210)</b>	<b>(64.511.675)</b>

## Notas Explicativas

### c.5) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	31.03.2025
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	588.557
Efeito da Adoção Inicial da Resolução CMN nº 4.966	62.257
(+) Constituição	421.988
(-) Reversão	(71.377)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(221.304)
<b>(=) Provisão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>780.121</b>

### c.6) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2025
(+) Provisão sobre Operações de Crédito	247.449
(+) Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	60.603
(+) Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	113.862
(+) Provisão sobre TVM	75
(-) Reversão de Provisão sobre Operações de Crédito	(68.321)
(-) Reversão de Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e TVM	(3.057)
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>350.611</b>

### Nota 8 - Outros Ativos Financeiros

Especificação	Vencimento até 360 dias	Vencimento acima de 360 dias	31.03.2025
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>81.756</b>	<b>14.069</b>	<b>95.825</b>
Pagamento e Recebimentos a Liquidar	83.350	-	83.350
Correspondentes	2	-	2
SFH – Sistema Financeiro de Habitação (Provisão para Perdas - SFH)	-	14.069	14.069
	(1.596)	-	(1.596)
<b>Transações de Pagamento</b>	<b>41.504</b>	<b>110</b>	<b>41.614</b>
<b>(Provisão para Perdas - Transações de Pagamento)</b>	<b>(1.057)</b>	<b>-</b>	<b>(1.057)</b>
<b>Total</b>	<b>122.203</b>	<b>14.179</b>	<b>136.382</b>

### Nota 9 - Outros Ativos Não Financeiros

Especificação	Vencimento até 360 dias	Vencimento acima de 360 dias	31.03.2025
<b>Outros Ativos</b>	<b>582.886</b>	<b>640.375</b>	<b>1.223.261</b>
Renda a Receber	45.048	-	45.048
Devedores por Depósitos em Garantia	25.551	620.745	646.296
Impostos e Contribuições a Compensar	17.508	-	17.508
Opções por Incentivos Fiscais	-	19.630	19.630
Adiantamentos e Antecipações Salariais	63.140	-	63.140
Pagamentos a Ressarcir	2.764	-	2.764
Valores a Receber Bônus Rebate	28.285	-	28.285
Devedores Diversos no País	149.523	-	149.523
Adiantamentos para Pagamentos de nossa conta da Instituição	162.221	-	162.221
Outros Valores	88.846	-	88.846
<b>Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito (Nota 7.c.3.1)</b>	<b>-</b>	<b>(19.111)</b>	<b>(19.111)</b>
<b>Total</b>	<b>582.886</b>	<b>621.264</b>	<b>1.204.150</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 10 – Propriedade para Investimento, Imobilizado e Intangível

#### Propriedade para Investimento

Especificação	31.03.2025		
	Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Imóvel	793	(434)	359

#### Imobilizado

Especificação	31.12.2024	01.01 a 31.03.2025			31.03.2025		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	118.281	6.837	(2.133)	(627)	309.703	(187.345)	122.358
Sistema de Processamento de Dados	130.394	215	(441)	(3.347)	244.353	(117.532)	126.821
Móveis e Equipamentos de Uso	35.243	2.594	(220)	(1.025)	99.395	(62.803)	36.592
Terrenos	16.759	-	-	-	16.759	-	16.759
Instalações	5.200	29	(24)	(26)	17.738	(12.559)	5.179
Equipamentos de Comunicação	167	55	-	(6)	428	(212)	216
Equipamentos de Segurança	19.319	464	(31)	(127)	19.861	(236)	19.625
Equipamentos de Transporte	17	-	-	-	14.328	(14.311)	17
Bens Artísticos e Valiosos	1.275	-	-	-	1.275	-	1.275
Direitos de Uso	-	1.463	(120)	(69)	1.343	(69)	1.274
<b>Total</b>	<b>326.655</b>	<b>11.657</b>	<b>(2.969)</b>	<b>(5.227)</b>	<b>725.183</b>	<b>(395.067)</b>	<b>330.116</b>

## Notas Explicativas

### Intangível

Especificação	31.12.2024	01.01 a 31.03.2025			31.03.2025		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização			
Licença de Software	102.013	-	-	(1.728)	110.013	(9.728)	100.285
Atualização de Software	2.970	-	-	(89)	3.446	(565)	2.881
Desenvolvimento de Software	72.212	30.779	-	(2.438)	107.568	(7.015)	100.553
<b>Total</b>	<b>177.195</b>	<b>30.779</b>	<b>-</b>	<b>(4.255)</b>	<b>221.027</b>	<b>(17.308)</b>	<b>203.719</b>

### Nota 11 – Passivos Financeiros

#### a) Ao Custo Amortizado

#### a.1) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2025
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>3.112.354</b>	-	-	-	-	-	<b>3.112.354</b>
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>1.236.400</b>	-	-	-	-	-	<b>1.236.400</b>
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>948.448</b>	<b>405.508</b>	-	-	-	-	<b>1.353.956</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>640.894</b>	<b>497.795</b>	<b>4.129.245</b>	<b>2.270.583</b>	<b>855.293</b>	<b>420.251</b>	<b>8.814.061</b>
Depósitos a Prazo	378.204	497.795	2.880.497	2.058.787	643.498	420.251	6.879.032
Depósitos Judiciais com Remuneração	202.612	-	-	-	-	-	202.612
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.248.748	211.796	211.795	-	1.672.339
Outros	60.078	-	-	-	-	-	60.078
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	-	<b>221.057</b>	-	-	-	-	<b>221.057</b>
Letras Financeiras – encargos	-	40.389	-	-	-	-	40.389
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito (LCA) <sup>(1)</sup>	-	180.668	-	-	-	-	180.668
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.a.5.2)</b>	-	-	-	-	-	790.489	<b>790.489</b>
<b>Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 11.a.5.3)</b>	-	-	-	-	-	3.718.394	<b>3.718.394</b>
<b>Total em 31.03.2025</b>	<b>5.938.096</b>	<b>1.124.360</b>	<b>4.129.245</b>	<b>2.270.583</b>	<b>855.293</b>	<b>4.929.134</b>	<b>19.246.711</b>

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de 226 dias, sendo a taxa de atualização média de 90% do CDI a.a. pro rata até o vencimento.

## Notas Explicativas

## a.2) Captação no Mercado Aberto

Especificação	Vencimento até 360 dias	31.03.2025
<b>Carteira Própria</b>	<b>4.534.203</b>	<b>4.534.203</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.534.203	4.534.203
<b>Total</b>	<b>4.534.203</b>	<b>4.534.203</b>

## a.2.1) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 31.03.2025
<b>Despesas de Captação</b>	<b>(365.046)</b>
Depósitos a Prazo	(197.097)
Depósitos de Poupança	(22.580)
Depósitos Judiciais	(3.690)
Depósitos Interfinanceiros	(37.144)
Depósitos Especiais	(96.498)
Outros Depósitos	(8.037)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(169.296)</b>
Carteira Própria	(141.193)
Letras Financeiras	(28.103)
<b>Total</b>	<b>(534.342)</b>

## a.3) Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2025
Empréstimos no Exterior	196.080	259.439	-	-	-	-	455.519
Repasses do País	24.741	76.150	222.823	218.757	263.076	20.880	826.427
Repasses do Exterior	1.239.407	75.582	155.808	170.481	453.140	-	2.094.418
<b>Total em 31.03.2025</b>	<b>1.460.308</b>	<b>411.171</b>	<b>378.631</b>	<b>389.238</b>	<b>716.216</b>	<b>20.880</b>	<b>3.376.364</b>

## a.3.1) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2025
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP -DI + 2,00	<b>783</b>
<b>BNDES</b>		<b>521.470</b>
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 6,96 a 9,85 TLP + 1,30 TJLP + 0,90 a 1,00	517.543
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	sem remuneração	3.927
<b>FINAME</b>	SELIC + 0,95 a 1,13 TLP + 1,13 a 1,34	<b>153.223</b>
<b>Finep</b>	TR + 1,20	<b>27.763</b>
<b>Fungetur</b>	Selic INPC	<b>123.188</b>
<b>Total</b>		<b>826.427</b>

## a.3.2) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2025
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	455.519
<b>Total</b>		<b>455.519</b>

## a.3.3) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2025
BID – Prodetur II	USD + SOFR + 1,25	188.770
BEI -Banco Europeu de Investimento <sup>(1)</sup>	USD + 3,857	1.228.482
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento <sup>(2)</sup>	EUR + 5,44 EUR + 4,41	694.397
Ajuste Hedge de Valor Justo		(17.231)
<b>Total</b>		<b>2.094.418</b>

<sup>(1)</sup> A captação foi realizada em maio de 2022 com vencimento em maio de 2025, não possui amortizações, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros é semestral; e

<sup>(2)</sup> Captações realizadas em junho de 2023 e dezembro de 2024 com vencimento em abril de 2035, possuem amortizações semestrais, estando na carência de principal até outubro de 2027.

## Notas Explicativas

### a.3.4) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01 a 31.03.2025
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(42.171)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(17.138)</b>
Tesouro Nacional	(14)
BNDES	(12.747)
Finame	(4.250)
Finep	(127)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(25.033)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(5.474)</b>
<b>Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras</b>	<b>(1.684)</b>
<b>Total</b>	<b>(49.329)</b>

### a.4) Arrendamentos

O Banco, na qualidade de arrendatário, possui contratos de aluguel de imóveis, utilizados em suas atividades de operações administrativas e bancárias. Esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Especificação	31.03.2025
Direitos de Uso em Arrendamento	1.271

### a.5) Outros Instrumentos de Dívida

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	31.03.2025
Recursos por Emissões de Letras	180.668	40.389	221.057
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	790.489	790.489
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	3.718.394	3.718.394
<b>Total</b>	<b>180.668</b>	<b>4.549.272</b>	<b>4.729.940</b>

### a.6) Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	31.03.2025
<b>Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>1.286.169</b>	<b>17.137.577</b>	<b>18.423.746</b>
FNE	983.686	16.462.872	17.446.558
FDNE	104.119	469.976	574.095
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	16.703	30.645	47.348
Finep/Fundeci	81.842	-	81.842
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	65.597	-	65.597
Programa Nacional de Crédito Fundiário	4.998	154.170	159.168
Banco da Terra	2.223	18.716	20.939
Outros	27.001	1.198	28.199
<b>Total</b>	<b>1.286.169</b>	<b>17.137.577</b>	<b>18.423.746</b>

## Notas Explicativas

### a.7) Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	31.03.2025
<b>Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(485.076)</b>
FNE	(472.180)
FDNE	(4.290)
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	(439)
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	(1.905)
Programa Nacional de Crédito Fundiário	(3.844)
Banco da Terra	(1.045)
Outros	(1.373)
<b>Total</b>	<b>(485.076)</b>

### a.8) PR Nível I - Capital Complementar

Letras Financeiras Subordinadas captadas em junho de 2019, que compõem o PR Nível I, a título de Capital Complementar, conforme autorização do Bacen:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2025
Letras Financeiras <sup>(1)</sup> <sup>(2)</sup>	801.040	117% da Selic	06.2019	790.489

(1) Juros pagos semestralmente; e

(2) Títulos sem Vencimento.

### a.9) PR Nível II

Dívidas Subordinadas constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, de 20.07.2009 e 01.03.2010, respectivamente, sem vencimento.

Especificação	31.03.2025
<b>Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)</b>	<b>3.718.394</b>
Recursos disponíveis	729.699
Recursos aplicados	2.988.695
<b>Total</b>	<b>3.718.394</b>

### b) Ao Valor Justo no Resultado

Instrumento Financeiro Derivativo originado de contratações de operações de câmbio, com classificação ao valor justo no resultado, conforme quadro a seguir:

Composição em 31.03.2025		
Especificação	Valor Nominal	Valor Justo
Contrato de Câmbio – Compra de moeda estrangeira	52.250	51.325
Contrato de Câmbio – Venda de moeda estrangeira	93.015	92.953
<b>Totais</b>	<b>145.265</b>	<b>144.278</b>

## Nota 12 – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

### a) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 163.998.128, está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.

As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 17.440.790, registrados no título “Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela variação da taxa Selic. No 1º trimestre de 2025, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 472.180.

## Notas Explicativas

No 1º trimestre de 2025, a receita de *del credere* foi de R\$ 976.214. O *del credere* do Banco, para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, inclusive as com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, corresponde a taxas que variam de 6% a.a. a 4,5% a.a., nos financiamentos com risco integral para o Banco, e de 3% a.a. a 2,25% a.a., nas operações com risco compartilhado, conforme o porte do beneficiário. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a.

No 1º trimestre de 2025, a taxa de administração foi de R\$ 491.079, calculada à base de 1,5% a.a., sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.

No 1º trimestre de 2025, a remuneração paga ao Banco em razão das disponibilidades do FNE totalizou R\$ 3.606 calculada à taxa de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano.

No 1º trimestre de 2025, as renegociações decorrentes de operações contratadas pelo FNE totalizaram R\$ 566.015.

### **b) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)**

O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O Banco é o agente operador exclusivo na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e operador preferencial para contratação de operações de crédito por repasse.

Constituem recursos do FDNE:

- I. recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orçamento anual;
- II. resultados de aplicações financeiras à sua conta;
- III. produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;
- IV. transferências financeiras de outros fundos destinados ao apoio de programas e projetos de desenvolvimento regional que contemplam a área de atuação da SUDENE;
- V. a reversão dos saldos anuais não aplicados;
- VI. o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional; e
- VII. outros recursos previstos em lei.

Os quadros a seguir demonstram a remuneração do Banco, na qualidade de Operador do FDNE, a despesa de provisão constituída sobre as garantias financeiras prestadas e os saldos das operações contratadas:

## Notas Explicativas

### b.1) Receita com Del Credere e Despesa de Provisão

Especificação	31.03.2025
Receita de <i>Del Credere</i>	3.144
Despesa de Provisão (Líquida)	(3.163)

### b.2) Saldos das Operações Contratadas

Especificação	31.03.2025
FDNE – Debêntures	7.742.927
FDNE - Repasse	516.382

### Nota 13 - Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros em maio de 2020, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco.

Especificação	31.03.2025
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000
(-) Apropriação em Receita corrente ao longo dos exercícios	(48.898)
<b>(=) Saldo Final a Apropriar</b>	<b>151.102</b>

### Nota 14 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

#### a) Composição do Saldo Exposto ao Risco e da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2025	
	Saldo	Provisão
<b>Setor Público</b>	<b>65.425.084</b>	<b>(4.007.725)</b>
FNE	65.234.305	(4.000.714)
FDNE	190.779	(7.011)

#### a.1) Movimentação das Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2025					
	Saldo inicial	Adoção Inicial da Res. CMN nº 4.966	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
FNE	3.562.596	306.335	438.905	(572)	(306.550)	4.000.714
FDNE	884	2.964	3.163	-	-	7.011
<b>(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas</b>	<b>3.563.480</b>	<b>309.299</b>	<b>442.068</b>	<b>(572)</b>	<b>(306.550)</b>	<b>4.007.725</b>

## Notas Explicativas

a.2) a provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

a.2.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

a.2.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 4.966; e

a.2.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes

a.2.4) em observância ao Inciso "V", do Art. 9º, da Resolução CMN 4.966, as garantias financeiras prestadas pelo Banco, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por ser maior que o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

### NOTA 15 – Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Crédito e Crédito a Liberar

Composição do Saldo e da Provisão sobre Compromissos de Crédito e Crédito a Liberar		
Especificação	31.03.2025	
	Compromisso de Crédito	Provisão
Pessoa Jurídica	341.599	4.309
Pessoa Física	363.295	15.146
	Crédito a Liberar	Provisão
Pessoa Jurídica	9.870.317	293.317
Pessoa Física	1.190.550	22.085
<b>Total</b>	<b>11.765.761</b>	<b>334.858</b>

### NOTA 16 - Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente. Contudo, existem três processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável: o primeiro, de R\$ 29.319 que trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária, o segundo, R\$ 7.534, referente à ação indenizatória, e o terceiro que trata de cobrança judicial em razão de descumprimento de obrigação contratual, no importe de R\$ 146.

b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista, e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.03.2025	
	Valor da Base	Provisão
<b>b.1) Fiscais</b>	<b>8.820.411</b>	<b>43.185</b>
Provável (Nota 16 f.i)	43.185	43.185
Possível	8.777.226	-
<b>b.2) Trabalhistas</b>	<b>564.332</b>	<b>439.047</b>
Provável (Nota 16 f.ii)	439.047	439.047
Possível	125.285	-
<b>b.3) Causas Cíveis</b>	<b>4.903.377</b>	<b>610.787</b>
Provável (Nota 16 f.iii)	610.787	610.787
Possível	4.292.590	-
<b>b.4) Outras Contingências (Nota 16 f.iv)</b>	<b>365.119</b>	<b>16.703</b>
<b>i) Operações Securitizadas</b>	<b>488</b>	<b>488</b>
<b>ii) Outras</b>	<b>365.119</b>	<b>16.215</b>
Provável	16.215	16.215
Possível	348.904	-

## Notas Explicativas

- c) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

### Fiscal

O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais está concentrado em 06 (seis) ações, originárias de autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas Municipais visando à cobrança de tributos, quatro delas visam desconstituir auto de infração e duas tratam sobre a anulação do débito fiscal. As estimativas de perdas financeiras somadas perfazem R\$ 8.215.309 em 31.03.2025.

### Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo administrativo relacionado ao pedido de pagamento de multa/custos financeiros, para o qual a estimativa de valor perfaz R\$ 297.070 em 31.03.2025.

### Cível

Ação monitória em que se discute pagamento de honorários advocatícios baseada em decisão judicial controversa. A estimativa de valor perfaz, em 31.03.2025, R\$ 560.676, sendo R\$ 558.335 classificado com risco possível e R\$ 2.341, com risco provável.

Processo no qual a parte adversa busca ressarcimento de natureza material, com os pedidos de pagamento de indenização e de honorários advocatícios, argumentando possível privação de lucros e danos patrimoniais. A estimativa de valor perfaz R\$ 1.230.614 em 31.03.2025.

Ação rescisória em que se discute reforma de decisão e com o pedido de pagamento de juros de mora. A estimativa de valor perfaz R\$ 171.340 em 31.03.2025.

Ação indenizatória que visa pagamento de lucro cessante, pagamento de honorários advocatícios, multa e danos emergentes, alegando suposta ausência de prestação de assistência técnica. A estimativa de valor perfaz, em 31.03.2025, R\$ 155.793, sendo R\$ 144.173 classificado como risco possível e R\$ 11.620 como risco provável.

Ação declaratória cumulada com repetição de indébito que tem como pedidos os pagamentos de repetição de indébito e de multas e honorários advocatícios, baseados em suposta não liberação de recursos. A estimativa de valor perfaz R\$ 141.439 em 31.03.2025.

- e) **Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:**

Especificação	31.03.2025
Demandas Trabalhistas	358.677
Demandas Fiscais	75.077
Demandas Cíveis	167.973
Outras Demandas	295
Contragarantia Operações Repasses BID	44.274
<b>Total</b>	<b>646.296</b>

## Notas Explicativas

### Movimentação das Provisões

#### f) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.03.2025				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.b.1)	36.596	6.759	(129)	(41)	43.185
ii) Trabalhistas (Nota 16.b.2)	405.488	73.068	(14.586)	(24.923)	439.047
iii) Cíveis (Nota 16.b.3)	606.697	72.901	(42.628)	(26.183)	610.787
iv) Outras (Nota 16.b.4)	16.113	760	(167)	(3)	16.703
<b>Total</b>	<b>1.064.894</b>	<b>153.488</b>	<b>(57.510)</b>	<b>(51.150)</b>	<b>1.109.722</b>

#### NOTA 17 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

#### a) Descrição dos Planos de Benefícios

##### a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

##### a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

##### a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

##### a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

##### a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. O Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

##### a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef,

## Notas Explicativas

cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

### a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificarem questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

### b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2025, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica (plano Natural) e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

### c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.03.2025, a relação contributiva de 1:1.

### d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	O custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar a contribuição paritária ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo.

## Notas Explicativas

### e) Valores Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

#### e.1) Balanço Patrimonial (Passivo)

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	31.03.2025
Plano BD	97.130	376.723	473.853
Plano Natural	68.906	1.556.569	1.625.475
Seguro de Vida	6.122	202.695	208.817
<b>TOTAL</b>	<b>172.158</b>	<b>2.135.987</b>	<b>2.308.145</b>

#### e.2) Balanço Patrimonial (Patrimônio Líquido)

Especificação	31.03.2025			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
<b>Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido</b> <sup>(1) (2)</sup>	<b>66.960</b>	<b>(852)</b>	<b>(37.163)</b>	<b>(1.799)</b>

<sup>(1)</sup> Decorrem, principalmente, de variação nas taxas reais de desconto, demonstrado no quadro de premissas financeiras, adiante.

<sup>(2)</sup> Plano CV I: Os ganhos (perdas) atuariais referem-se ao efeito do teto de ativo.

Especificação	31.03.2025			
	BD	CV I	NATURAL	SEGURO
<b>Premissas Financeiras</b>				
Taxa real de desconto (%)	7,65	7,39	7,39	7,39

#### e.3) Demonstração do Resultado

Especificação	01.01 a 31.03.2025			
	Plano BD	Plano CV I	Natural	Seguro de Vida
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(839)	354	(4.116)	713
2. Juros Líquidos	(13.589)	-	(40.544)	(5.414)
<b>3. Valores Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)</b> <sup>(1)</sup>	<b>(14.428)</b>	<b>354</b>	<b>(44.660)</b>	<b>(4.701)</b>
4. Despesas Administrativas do Plano BD	(704)	-	-	-
5. Contribuições (Parte CD) do Plano CV I	-	(23.354)	-	-
6. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco	-	94	23	2
7. Provisão contribuição 13º salário	(59)	(212)	-	-
<b>8. Valor apropriado em Despesas</b>	<b>(15.191)</b>	<b>(23.472)</b>	<b>(44.637)</b>	<b>(4.699)</b>

<sup>(1)</sup> Plano CV I: Valor contabilizado em Outras Receitas Operacionais.

## Notas Explicativas

### NOTA 18 – Ativos e Passivos Fiscais

#### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda	Contribuição Social
	01.01 a 31.03.2025	01.01 a 31.03.2025
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>722.772</b>	<b>722.772</b>
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(8.359)	(8.359)
<b>Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias</b>	<b>714.413</b>	<b>714.413</b>
Adições/Exclusões Permanentes	(35.786)	(36.620)
Adições/Exclusões Temporárias	477.427	477.427
<b>Resultado Tributável</b>	<b>1.156.054</b>	<b>1.155.220</b>
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(289.007)	(231.044)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.205	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	7	6
<b>Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA</b>	<b>(284.795)</b>	<b>(231.038)</b>
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	4.094	3.275
<b>Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(280.701)</b>	<b>(227.763)</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
<b>Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social ajustada</b>	<b>(280.701)</b>	<b>(227.763)</b>
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	75.154	60.110
<b>Total de IRPJ/CSLL</b>	<b>(205.547)</b>	<b>(167.653)</b>
Alíquota Efetiva (%)	28,77	23,47
<b>a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL</b>	<b>31.03.2025</b>	<b>31.03.2025</b>
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	284.795	231.038
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	7	6
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	(6.966)	(5.573)
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro</b>	<b>277.836</b>	<b>225.471</b>
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(104.881)	(68.775)
<b>Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período</b>	<b>172.955</b>	<b>156.696</b>

## Notas Explicativas

### b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL

Especificação	01.01 a 31.03.2025
<b>I) Resultado antes dos Tributos e Participações</b>	<b>722.772</b>
<b>II) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)</b>	<b>(325.248)</b>
<b>III) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</b>	<b>(47.952)</b>
- PLR	3.762
- Outras Rendas / FNE/Dei Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	17.807
- Diferenças Temporárias - Provisões Atuariais	(37.961)
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis	1.721
- Diferenças Temporárias – Receitas Diferidas	(27.275)
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	(3.218)
- Ajuste a Valor de Mercado	(5.480)
- Incentivos Fiscais	4.218
- Adições Permanentes, Líquidas	(1.526)
<b>IV) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(373.200)</b>
<b>V) Imposto de renda/ contribuição social diferidos</b>	<b>135.265</b>
<b>VI) Imposto de renda/ contribuição social correntes</b>	<b>(508.465)</b>
<b>VII) Despesas Tributárias antes dos Ajustes (V + VI)</b>	<b>(373.200)</b>
<b>VIII) Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>-</b>
<b>IX) Despesas Tributárias Ajustadas (VII + VIII)</b>	<b>(373.200)</b>
<b>X) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>51,63%</b>

## Notas Explicativas

## c) Ativos Fiscais Diferidos

Especificação	31.03.2025		
	IRPJ	CSLL	Total
<b>Efeito no Resultado</b>			
<b>a) Provisões (PCLD)</b>			
Saldo Inicial	828.333	662.685	1.491.018
Constituição	421.693	337.360	759.053
Realização/Reversão	(246.249)	(197.019)	(443.268)
Saldo Final	1.003.777	803.026	1.806.803
<b>b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial</b>			
Saldo Inicial	506	405	911
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	(112)	(90)	(202)
Saldo Final	394	315	709
<b>c) Provisões – Operações Alongadas</b>			
Saldo Inicial	103	83	186
Constituição	59	46	105
Realização/Reversão	(40)	(31)	(71)
Saldo Final	122	98	220
<b>d) Provisões Atuariais</b>			
Saldo Inicial	268.028	214.423	482.451
Constituição	15.947	12.758	28.705
Realização/Reversão	(33.583)	(26.867)	(60.450)
Saldo Final	250.392	200.314	450.706
<b>e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento</b>			
Saldo Inicial	-	-	-
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	-	-	-
Saldo Final	-	-	-
<b>f) Provisões Contingenciais</b>			
Saldo Inicial	262.032	209.626	471.658
Constituição	38.314	30.651	68.965
Realização/Reversão	(24.635)	(19.708)	(44.343)
Saldo Final	275.711	220.569	496.280
<b>g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)</b>			
Saldo Inicial	2.355	1.884	4.239
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	(1.690)	(1.352)	(3.042)
Saldo Final	665	532	1.197
<b>h) TVM</b>			
Saldo Inicial	4.910	3.928	8.838
Constituição	329	263	592
Realização/Reversão	(1.988)	(1.591)	(3.579)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	3.250	2.600	5.850
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>			
<b>i) TVM</b>			
Saldo Inicial	275.953	220.762	496.715
Constituição	151.815	121.451	273.266
Realização/Reversão	(147.999)	(118.398)	(266.397)
Saldo Final (Nota 7.b)	279.769	223.815	503.584
<b>j) Ajustes de Avaliação Atuarial</b>			
Saldo Inicial	153.050	122.440	275.490
Constituição	30.449	24.359	54.808
Realização/Reversão	(37.235)	(29.789)	(67.024)
Saldo Final	146.264	117.010	263.274

## Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda	Contribuição Social
	31.03.2025	31.03.2025
1. Total das Diferenças Temporárias	8.799.070	8.799.070
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.199.768	1.759.814
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.676.660	1.341.333
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	283.684	226.947
<b>5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) <sup>(1)</sup></b>	<b>1.960.344</b>	<b>1.568.280</b>
<b>6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(2)</sup></b>	<b>239.424</b>	<b>191.534</b>

<sup>(1)</sup> Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos", no Ativo Não Circulante; e

<sup>(2)</sup> Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020, conforme estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente. Os créditos que não foram ativados decorrem de (a) PCLD, em relação aos reembolsos superiores a 10 anos, em respeito ao inc. I, do art. 4.º, da Res. CMN nº 4.842/2020; (b) provisão atuarial, cujo fluxo de contribuições está inferior à provisão contábil, não sendo assim possível constituir o crédito tributário sobre toda a provisão, pois se limita ao fluxo, conforme premissa definida no Estudo Técnico; (c) Ajuste a valor de mercado, em relação à captação junto à Agência Francesa de Desenvolvimento e o swap, visto que o vencimento do título é superior a 10 anos.

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 31.03.2025, estão a seguir demonstrados:

Exercício <sup>(1)</sup>	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>
2025	353.840	322.661	283.077	258.133	636.917	580.794
2026	256.892	225.719	205.513	180.576	462.405	406.295
2027	166.200	135.453	132.959	108.363	299.159	243.816
2028	224.239	190.024	179.391	152.020	403.630	342.044
2029	131.823	95.216	105.458	76.172	237.281	171.388
2030	125.900	87.898	100.721	70.319	226.621	158.217
2031	102.256	64.528	81.805	51.623	184.061	116.151
2032	93.431	56.033	74.745	44.826	168.176	100.859
2033	39.250	29.623	31.401	23.699	70.651	53.322
2034	34.478	25.992	27.582	20.794	62.060	46.786
Acima de 2034	432.035	431.334	345.627	345.064	777.662	776.398
<b>Total</b>	<b>1.960.344</b>	<b>1.664.481</b>	<b>1.568.279</b>	<b>1.331.589</b>	<b>3.528.623</b>	<b>2.996.070</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2025.

## Notas Explicativas

## d) Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	31.03.2025		
	IRPJ	CSLL	Total
<b>Efeito no Resultado</b>			
<b>a) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>			
Saldo Inicial	2.169	1.735	3.904
Constituição	2.008	1.607	3.615
Realização/Reversão	(1.863)	(1.490)	(3.353)
Saldo Final	2.314	1.852	4.166
<b>b) Decorrentes de Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>			
Saldo Inicial	217.105	173.684	390.789
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	(621)	(497)	(1.118)
Saldo Final	216.484	173.187	389.671
<b>c) Item Objeto de Hedge</b>			
Saldo Inicial	6.225	4.980	11.205
Constituição	8.037	6.430	14.467
Realização/Reversão	(9.954)	(7.964)	(17.918)
Saldo Final	4.308	3.446	7.754
<b>d) TVM</b>			
Saldo Inicial	2.168	1.734	3.902
Constituição	189	151	340
Realização/Reversão	(1.890)	(1.511)	(3.401)
Saldo Final	467	374	841
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>			
<b>e) Reserva de Reavaliação</b>			
Saldo Inicial	820	656	1.476
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	(8)	(6)	(14)
Saldo Final	812	650	1.462
<b>f) TVM</b>			
Saldo Inicial	17.768	14.215	31.983
Constituição	89.666	71.732	161.398
Realização/Reversão	(78.953)	(63.163)	(142.116)
Saldo Final (Nota 7.b)	28.481	22.784	51.265

<sup>(1)</sup> Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996;

Os valores totais dos Passivos Fiscais Diferidos previstos para baixa, na posição de 31.03.2025, estão a seguir demonstrados:

Exercício	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>
2025	44.935	40.462	35.948	32.368	80.883	72.830
2026	55.721	43.946	44.576	35.157	100.297	79.103
2027	53.773	38.060	43.018	30.448	96.791	68.508
2028	55.091	37.966	44.072	30.373	99.163	68.339
2029	19.968	17.391	15.975	13.912	35.943	31.303
2030	13.072	10.663	10.458	8.530	23.530	19.193
2031	1.216	605	972	484	2.188	1.089
2032	719	324	575	260	1.294	584
2033	468	193	375	155	843	348
2034	383	145	307	116	690	261
Acima de 2034	7.520	6.689	6.017	5.352	13.537	12.041
<b>Total</b>	<b>252.866</b>	<b>196.444</b>	<b>202.293</b>	<b>157.155</b>	<b>455.159</b>	<b>353.599</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas Selic médias, para um período de 5 anos, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2024, sendo replicada a última taxa para os demais anos.

## Notas Explicativas

### NOTA 19 – Outros Passivos

Especificação	31.03.2025
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>749.959</b>
Recursos do Proagro	263
Recebimentos de Tributos Federais	745.111
IOF a Recolher	3.772
Outros Tributos e Assemelhados	813
<b>b) Relações Interfinanceiros e Interdependências</b>	<b>146.246</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>13.707</b>
Remuneração do Capital a Pagar	1.001
Participações nos Lucros	12.706
<b>d) Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>109.758</b>
<b>e) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital <sup>(1)</sup></b>	<b>60</b>
<b>f) Cartões de Crédito</b>	<b>218.728</b>
<b>g) Diversas</b>	<b>688.112</b>
Provisão para Pagamentos a Efetuar	328.413
Despesa de Pessoal	327.504
Outros Valores	360.951
<b>Outros Valores</b>	<b>196.196</b>
<b>Total</b>	<b>2.123.109</b>

<sup>(1)</sup> Após a integralização de R\$ 1.451.827 ao capital, em 05.08.2024, restou saldo de R\$ 54, o qual permanece sendo atualizado pela Selic *pro rata*. Em 31.12.2024, essa atualização perfaz o valor de R\$ 4.

### NOTA 20 - Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 11.648.938 (R\$ 8.772.600 em 31.12.2023), é representado, em sua totalidade, por ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.03.2025	
	Quantidade das Ações <sup>(1)</sup>	% do Capital
<b>Acionistas</b>		
União Federal	60.219.687	61,01
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	30,60
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	6,29
Outros	2.068.494	2,10
<b>Total</b>	<b>98.699.749</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Em unidades

#### b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.086 refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução CMN nº 4.872, de 27.11.2020. No 1º trimestre de 2025, houve transferência de R\$ 16 para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

#### c) Pagamento de Dividendos do 2º Semestre de 2024

Conforme Estatuto do Banco “Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei.”

Por meio de reunião realizada em 14.02.2025, Conselho de Administração aprovou a distribuição de Dividendos sobre o resultado apurado no 2º semestre de 2024, e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 314.980. O pagamento iniciou-se em 26.02.2025.

## Notas Explicativas

d) **Lucros ou Prejuízos Acumulados** – segue demonstrativo resumindo a movimentação contábil decorrente da implantação das novas regras contábeis estabelecidas pela Resolução CMN 4.966:

Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA)	Adoção Inicial da Resolução CMN nº4.966 - efeitos
<b>Antes dos Ajustes da Resolução CMN nº 4.966</b>	-
<b>Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros</b>	<b>36.598</b>
<b>Perda dos Instrumentos Financeiros</b>	<b>(370.868)</b>
Provisão para Perdas Esperadas Assoc. a Risco de Crédito	(62.258)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(309.299)
Stop Accrual	689
<b>Total dos efeitos em LPA (Vr. Bruto)</b>	<b>(334.270)</b>
(Efeitos Tributários)	149.471
<b>Saldo de LPA após os Ajustes Efetivados (líquidos dos efeitos tributários) em 02.01.2025</b>	<b>(184.806)</b>

### NOTA 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01 a 31.03.2025
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>906.598</b>
Administração de Fundos de Investimentos	34.499
Administração de Fundos e Programas	751.232
Prestação de Serviços	120.867
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>29.516</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(737.713)</b>
Proventos	(433.255)
Encargos Sociais	(156.669)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(38.662)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(44.638)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(4.699)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(59.790)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(631.121)</b>
Processamento de Dados	(126.937)
Propaganda e Publicidade	(4.826)
Serviços de Terceiros <sup>(1)</sup>	(347.114)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(25.014)
Viagens	(6.555)
Comunicações	(3.403)
Depreciação e Amortização	(9.482)
Manutenção e Conservação de Bens	(15.433)
Vigilância, Segurança e Transporte	(33.091)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.564)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.859)
Serviços Técnicos Especializados	(21.502)
Seguros	(378)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(11.527)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(954)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.966)
Outros Valores	(10.516)
<b>e) Despesas Tributárias</b>	<b>(160.857)</b>
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(146.265)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.633)
Outros Valores	(959)
<b>f) FNE Del Credere</b>	<b>1.015.248</b>
<b>g) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>226.420</b>
Del Credere de Fundos Administrados	3.144
Varição Cambial Negativa de Empréstimos	95.633
Varição Cambial Negativa de Captação	4.549
Varição Cambial Negativa Reclassificação Despesas do FNE	2.194
Recuperação de Encargos e Despesas	2.480
Reversão de Provisões Operacionais	4.045
Varição Cambial	94.881
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	9.441
Outros Valores	10.053
<b>h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas</b>	<b>(441.496)</b>
<b>i) Provisão para Contingências Passivas</b>	<b>(96.137)</b>

## Notas Explicativas

<b>j) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(155.119)</b>
Variação Cambial Negativa	(39.843)
Descontos Concedidos em Renegociações	(2.659)
Encargos de Operações de Crédito	(810)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(19.955)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(58.907)
Outros Valores	(32.945)
<b>Total</b>	<b>(44.661)</b>

<sup>(1)</sup> Contém despesas no 1º trimestre de 2025, no valor de R\$ 281.069 para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural.

### NOTA 22 - Remuneração a Funcionários e Administradores

#### a) Empregados

Remuneração Bruta (Mensal)	31.03.2025
Máxima	67.377,01
Mínima	2.567,79
Média	16.952,29

Outras Informações	31.03.2025
Quantidade de empregados	7.101
Benefícios – média de valores	5.972,17

#### b) Administradores

Remuneração Diretoria Executiva (Mensal)	31.03.2025
Máxima	68.493,78
Mínima	56.701,19
Média	62.505,83

#### c) Conselhos

Remuneração média dos Conselhos (Mensal)	31.03.2025
Conselho de Administração	5.158,21
Conselho Fiscal	5.158,21

Os valores constantes das tabelas “a”, “b” e “c” estão expressos em Reais

### NOTA 23 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

#### a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Nesse contexto, a gestão de riscos no Banco tem por fundamento a sua Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e sua Política Corporativa de Gestão de Riscos, documentos aprovados pelo Conselho de Administração e cuja construção considera o Planejamento Estratégico e o Plano de Capital do Banco. Na RAS, são definidos os riscos relevantes em função do impacto potencial no alcance dos objetivos estratégicos do Banco. Na Política Corporativa estão consolidadas as orientações e diretrizes a serem adotadas na gestão contínua e integrada desses riscos

#### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas do Banco.

A sistematização da gestão de riscos fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados com periodicidade mínima anual

A atuação dessa estrutura é pautada na política de integridade e ética do Banco e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

## Notas Explicativas

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais do Banco. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Por fim, conclui-se, com razoável segurança, que a estrutura implantada é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e com o dimensionamento adequado da exposição a riscos do Banco.

### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar III disponível no portal <https://bnb.gov.br/>.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta interna de Capital situada acima dos requerimentos mínimos regulatórios, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR) e do Adicional de Capital Principal (ACP). Essa meta é revisada anualmente na elaboração do planejamento de capital.

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, desde a versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o período de 2025 a 2029, aprovado em dezembro de 2024, não se vislumbraram indícios de possível descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios.

### Política Corporativa de Gestão de Riscos

Contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional – incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégico, reputacional, de capital, de conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Resolução BCB nº 54, de 16.12.2020, podem ser encontradas no portal: <https://www.bnb.gov.br/web/quest/relatorios-de-gestao-de-riscos> e não fazem parte destas Demonstrações financeiras intermediárias individuais.

#### b) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de: perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Composição do saldo de exposições ao risco de crédito por fonte de recursos:

## Notas Explicativas

Fonte de Recursos	Exposição – EAD	
	31.03.2025	01.01.2025
FNE	74.473.899	70.444.805
TVMs	47.069.140	47.134.716
RECIN	12.979.593	11.670.954
FNE – 2	3.529.627	3.013.890
POUPANÇA RURAL	955.799	1.025.152
BNDES/FINAME	816.614	802.427
FDNE/REPASSES	692.311	638.701
AFD	619.326	604.558
RECURSOS EXTERNOS	460.713	627.815
FDNE	271.079	176.782
LCA	224.933	162.405
BID	210.916	268.472
FINEP	118.032	47.978
FUNGETUR	116.848	100.660
FONTE GENERICA	66	90
DER	7	7
<b>Total</b>	<b>142.538.903</b>	<b>136.719.412</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências, ou ainda, por decisão do comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

### c) Risco de Liquidez

É a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, bem como pela possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

A área de gestão de riscos utiliza modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar a capacidade do Banco honrar seus compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez à administração do Banco por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2025 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	1146,33
	Média dos últimos 12 meses	1020,51
	Máximo dos últimos 12 meses	1737,41
	Mínimo dos últimos 12 meses	839,96

## Notas Explicativas

### d) Risco de Mercado

É a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) *Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- b) Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros ( $\Delta EVE$ ) da carteira bancária;
- c) Variação do resultado da intermediação financeira ( $\Delta NII$ ) da carteira bancária;
- d) Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- e) Relatório de exposição cambial;
- f) Análise de sensibilidade;
- g) Testes de estresse;
- h) Testes de aderência (*backtesting*); e
- i) Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

#### Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de:

- i) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, conforme definido na Resolução BCB nº 111, de 06.07.2021;
- ii) operações destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

## Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Limite de Alerta	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação;</li> <li>8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (<math>\Delta</math>EVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);</li> <li>8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (<math>\Delta</math>NII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);</li> <li>3% (três por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; 3% do PR nível I</li> <li>&gt; 6% do PR nível I</li> <li>&gt; 6% do PR nível I</li> <li>&gt; 2% do PR nível I</li> </ul>	<p>Caso o nível de exposição atinja o limite de alerta, a área de Gestão de Riscos emitirá um comunicado à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, a área de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão, visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Em 31.03.2025, a Carteira de Negociação do Banco tem exposições relativas à variação de preços de ações e à variação de taxa de cupom de índice de preço, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 833.233 e risco da carteira de R\$ 57.381.

### Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

Corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados do Banco, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuados atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- $\Delta$ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- $\Delta$ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018.

Na posição de 31.03.2025, a Carteira Bancária do Banco possuía exposição marcada a mercado de R\$ 20.714.764, apresentando  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII nos valores de R\$ 250.782 e R\$ 666.222, respectivamente.

### Testes de Estresse

Permite antever potenciais perdas em carteiras de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

- estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de

## Notas Explicativas

manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;

- b) estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- c) estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

### Análise de Sensibilidade

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 121, de 03.06.2022, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/ Fator de Risco	Risco de variação em:	Cenário 1 (Variação de 25%)		Cenário 2 (Variação de 50%)	
		Perda	% PL	Perda	% PL
<b>Carteira de Negociação</b>					
Ações	Taxas de juros prefixadas em reais	1.265	0,01	-	-
IPCA	Taxas de cupom de IPCA	35.325	0,25	(38.227)	0,27
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	11.462	0,08	(1.461)	0,01
<b>Carteira Bancária</b>					
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(256.383)	1,84	(477.258)	3,42
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(5.956)	0,04	(12.548)	0,09
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(19.291)	0,14	(38.582)	0,28
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(17.475)	0,13	(20.208)	0,14
TJLP	Taxas de cupom de TJLP	(1.951)	0,01	(4.032)	0,03
TLP	Taxas de cupom de TLP	(234)	-	(465)	-
TR	Taxas de cupom de TR	(144.051)	1,03	(308.989)	2,21

Para efeito dos cálculos acima, utilizou-se um cenário-base, que configura a situação mais provável, no qual foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3. Para a construção dos cenários 1 e 2, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado correspondentes, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas, apresentadas em valores absolutos e como um percentual do Patrimônio Líquido do Banco constituem as diferenças entre os saldos do cenário-base e os saldos dos cenários 1 e 2.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Dólar x DI	1.226.934	1.227.429	(496)	1.229.293	(2.359)
		Passivo em ME	(1.219.053)	(1.222.980)	3.928	(1.226.934)	7.881
		Exposição Líquida	7.881	4.449	3.432	2.359	5.521

## Notas Explicativas

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Euro x IPCA	678.715	564.218	114.497	476.052	202.663
		Passivo em ME	(641.264)	(560.067)	(81.197)	(495.010)	(146.254)
		Exposição Líquida	37.451	4.151	33.300	(18.958)	56.409

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques de 25% e 50% no cupom cambial utilizado no cenário 1.

### e) Risco Operacional

A gestão do risco operacional é realizada por meio de estrutura organizacional dedicada, atuando sob uma visão de processos para oferecer suporte às atividades de avaliação de riscos nos processos de negócios e de suporte da Instituição. Essa gestão é conduzida de forma integrada e alinhada às normas do Bacen, com foco na identificação proativa de exposições por meio da metodologia de autoavaliação de riscos e controles (RCSA), que permite mensurar riscos inerentes e desenvolver a Matriz de Riscos dos processos, complementada pelo monitoramento contínuo de indicadores-chave (KRIs) e registro centralizado de perdas operacionais.

Em conformidade com a Resolução CMN 356/2024, foi implementada em 2025 a metodologia avançada para cálculo de capital alocado a risco operacional, substituindo o modelo anterior (Basic Indicator Approach - BIA). A nova abordagem, baseada em dados históricos e cenários de estresse, permitiu maior precisão na mensuração de riscos, sem implicar aumento de capital em comparação à metodologia antiga, graças à otimização de processos e controles preventivos estabelecidos por meio das avaliações qualitativas realizadas.

A migração para o novo modelo reforçou a estrutura de governança, com aprimoramento dos sistemas de acompanhamento de ações de, mantendo plena aderência às exigências do Bacen. Destaca-se a manutenção de capital adequado para cobrir eventos extremos, assegurando resiliência mesmo em cenários adversos.

Mantém-se o compromisso com a melhoria contínua da gestão de risco operacional, garantindo a sustentabilidade dos negócios e a proteção dos interesses de todas as partes interessadas, por meio de estrutura dedicada e metodologias consolidadas de identificação, avaliação e mitigação de riscos, em estrita observância às diretrizes regulatórias.

### f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial comprada, no montante de R\$ 83.093 conforme a seguir:

Especificação	31.03.2025	Especificação	31.03.2025
Disponibilidades	41.556	Relações Interdependências	43.439
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.010	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	26.222
Operações de Crédito	169.015	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.111.649
Outros Créditos	534.961	Outras Obrigações	503.912
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exceto Derivativos</b>	<b>778.542</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.685.222</b>
Operações de <i>Swap</i>	1.989.773		
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.768.315</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.685.222</b>

## Notas Explicativas

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

### g) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política Corporativa de Gestão de Riscos apresenta as seguintes definições para os riscos social, ambiental e climático (RSAC):

- risco social é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- risco ambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

As diretrizes específicas para a gestão dos RSAC envolvem, principalmente, observância à legislação e à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco (PRSAC).

### h) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2025, o Banco apresentou os índices de capital regulatório, bem como os ativos ponderados e respectivas margens conforme tabela “i” a seguir. Não se registrou, no período avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

## Notas Explicativas

### i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2025
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>15.748.583</b>
<b>Nível I</b>	<b>14.835.541</b>
Capital Principal	14.045.052
Capital Complementar	790.489
<b>Nível II</b>	<b>913.042</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>116.038.731</b>
Parcela RWACPAD	94.625.146
Parcela RWACAM	211.032
Parcela RWAJUR	707.144
Parcela RWACOM	1.102
Parcela RWAACS	10.123
Parcela RWACVA	231.099
Parcela RWADRC	5.733
Parcela RWAOPAD	20.247.352
<b>Margem sobre o PR Requerido</b>	<b>6.465.484</b>
<b>Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)</b>	<b>666.222</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB</b>	<b>5.799.262</b>
<b>Margem sobre o PR Nível I Requerido</b>	<b>7.873.217</b>
<b>Margem sobre o Capital Principal Requerido</b>	<b>8.823.309</b>
<b>Adicional de Capital Requerido - ACP (2,5%)</b>	<b>2.900.968</b>
<b>Margem sobre o Adicional de Capital Requerido</b>	<b>3.564.516</b>
<b>Índices de Basileia:</b>	
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	12,10%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	12,78%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,57%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	12,66%

Onde:

- RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito;
- RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros;
- RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias;
- RWAACS: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de ações;
- RWACVA: parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte;
- RWADRC: parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação;
- RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional; e
- IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

## Notas Explicativas

### ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2025
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>15.748.583</b>
<b>Patrimônio de Referência Nível I</b>	<b>14.835.541</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>14.045.052</b>
Capital Social	11.648.938
Reservas de Lucros	3.275.231
Reservas de Reavaliação	13.086
Sobras ou Lucros Acumulados	-
Contas de Resultado Credoras	5.091.554
Contas de Resultado Devedoras	(4.733.946)
Outros Resultados Abrangentes	(863.101)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	(316.631)
Ajuste Negativo Decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	138.873
<b>Ajustes Prudenciais</b>	<b>(208.952)</b>
Ativos Intangíveis	(203.719)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	-
Diferença a Menor – Ajustes Resolução CMN nº 4.277, de 31.10.2013	(5.233)
<b>Capital Complementar</b>	<b>790.489</b>
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	790.489
<b>Patrimônio de Referência Nível II</b>	<b>913.042</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	913.042

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 5.007, de 24.03.2022 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. No período, não houve nova recompra, permanecendo o mesmo valor de R\$ 10.551 apresentado em 31.12.2023.

As Letras Financeiras Subordinadas, citadas anteriormente, têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, de acordo com o Art. 31 da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, estão sendo excluídos gradativamente do Nível II do PR seguindo o cronograma definido no citado artigo.

### iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. O CMN determinou, em sua Resolução 4.615 de 30.11.2017, um limite mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. A situação do Banco está demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.03.2025
PR Nível I	14.835.541
Exposição Total	146.000.855
Razão de Alavancagem (%)	10,16

### iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 4.957, de 21.10.2021, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2025
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	15.748.583
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	7.874.291
Situação	330.475
Margem	7.543.816
Índice de imobilização	2,10%

## Notas Explicativas

### NOTA 24 - Partes Relacionadas

#### a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como: depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

#### a.1) Saldos das Transações com Partes Relacionadas

Especificação	31.03.2025			
	Entidades sob controle do Governo Federal <sup>(1)</sup>	Pessoal-chave da administração <sup>(2)</sup>	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativos</b>				
Carteira de Crédito	-	127	416	543
<b>Passivos</b>				
Depósitos a Vista	810	66	25	901
Depósitos de Poupança	-	-	18	18
Depósitos a Prazo	-	2.422	2.513	4.935
Obrigações por Repasses do País (Nota 11.a.3.1)	826.427	-	-	826.427
Outros Instrumentos de Dívida (Notas 11.a.5 e 11.a.6) <sup>(3)</sup>	22.142.140	-	-	22.142.140
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de Vida)	-	-	2.308.145	2.308.145

<sup>(1)</sup> Tesouro Nacional, BNDES e Fundos e Programas (Finame, Fungetur, FNE, FDNE, FMM, PNCF);

<sup>(2)</sup> Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e

<sup>(3)</sup> Exceto saldos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Recursos de Emissões de Letras.

#### a.2) Receitas e Despesas de Partes Relacionadas

Especificação	31.03.2025			
	Entidades sob controle do Governo Federal	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas <sup>(1)</sup>	Total
<b>Receitas</b>				
Ressarcimento referente a custos com empregados cedidos sem ônus			890	890
<b>Despesas</b>				
Aluguel de imóveis utilizados nas atividades administrativas e bancárias do Banco	-	-	(1.405)	(1.405)

<sup>(1)</sup> Capef

#### a.3) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2025
<b>Honorários</b>	<b>1.264</b>
Diretoria	1.141
Conselho de Administração	77
Conselho Fiscal	46
<b>Outros</b>	<b>585</b>
<b>Remuneração Variável (RVA) <sup>(1)</sup></b>	<b>666</b>
RVA Baseada em Ações	333
RVA Convertida em Pecúnia	333
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>2.515</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>59</b>
<b>Total</b>	<b>2.574</b>

<sup>(1)</sup> 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN n° 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

## Notas Explicativas

### NOTA 25 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	01.01 a 31.03.2025
(A) Resultado Recorrente	341.213
(B) Resultado Não Recorrente	-
(C) = Lucro Líquido (A)+(B)	341.213

### NOTA 26 - Outras Informações

#### a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

#### b) Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 12 de maio de 2025.

Fortaleza (CE), 12 de maio de 2025.

A Diretoria

**Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas  
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

### Ênfase

#### Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às informações contábeis intermediárias que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas informações contábeis referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 14 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Caio Fernandes Arantes  
Contador CRC 1SP222767/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2025.

Fortaleza, 6 de maio de 2025

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) - Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado nesta data, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2025.

Fortaleza, 14 de maio de 2025

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) - Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)